

Relatório de Contas 2016

Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, SA



Relatório de Gestão

Aon Re Bertoldi - Corretagem de Resseguros, SA

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016



AON RE BERTOLDI – CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.

EXERCÍCIO DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

A sociedade Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, S.A. tem por objeto a corretagem de resseguros, consultadoria de seguros e, por último, a aquisição de participações no capital de outras sociedades, desde que previamente autorizadas pelo Instituto de Investimento Estrangeiro.

GOVERNO SOCIETÁRIO

O capital social da sociedade no montante de 100.000 euros, representado por 20.000 ações de valor nominal de 5 Euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo subscrito em 100% pela sociedade Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A.. As ações são nominativas, sendo representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta e cem ações.

Os acionistas gozam direito de preferência na alienação onerosa das ações mesmo a favor de outros acionistas.

A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração, composto por um número ímpar de membros, de três a nove, eleitos pela Assembleia Geral, que designará também o respetivo presidente, por um período de quatro anos podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

O Conselho de Administração reunirá, pelo menos, duas vezes em cada exercício.

Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e dos estatutos da sociedade, deliberar sobre qualquer assunto de administração da sociedade e, nomeadamente, sobre:

- a) Relatório e contas anuais;
- b) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- c) Abertura ou encerramento de estabelecimentos;
- d) Modificações importantes na organização da Empresa;
- e) Mudança da sede social e aumento de capital; e
- f) Aquisição ou alienação de participações sociais de outras sociedades, nos termos legais.

A sociedade obriga-se: pela assinatura da maioria dos administradores; pela assinatura conjunta de dois administradores nos quais tenham sido delegados poderes; pela assinatura conjunta de um administrador no qual tenham sido delegados poderes nos termos do artigo anterior e de um procurador com poderes bastantes. Porém, para atos de mero expediente basta a assinatura de um administrador, de um administrador delegado ou de um procurador.

As alterações de estatutos ou aumento de capital devem ser objeto de proposta do Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral.



Não são aplicáveis acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade.

Também não é aplicável à sociedade acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho.

ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2016, a economia portuguesa manteve a trajetória de crescimento registada desde o final de 2013, sendo que as projeções apontam mesmo para a continuidade de um crescimento moderado para os próximos anos.

O PIB registou um aumento de 1,4%, apresentando uma desaceleração no crescimento de menos duas décimas face a 2015. O crescimento em 2016 ficou penalizado pela redução do investimento e do ligeiro abrandamento do consumo privado.

O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, situando-se em 1,5% em 2016 (2,6% em 2015).

Por sua vez, a procura externa líquida passou de um contributo de -1% em 2015 para -0,1% em 2016, em resultado da desaceleração das Importações de Bens e Serviços mais acentuada que as Exportações de Bens e Serviços.

Em 2016, verificaram-se ganhos de termos de troca inferiores ao observado no ano anterior, com o deflator das Exportações de Bens e Serviços a diminuir mais intensamente (-1,1% e -2%, em 2015 e 2016, respetivamente), enquanto o deflator das Importações de Bens e Serviços registou uma redução de -3,1%, menos acentuada que em 2015 (-4,3%).

O consumo privado apresentou, em termos reais, um crescimento de 2,3% em 2016, traduzindo-se numa ligeira desaceleração face ao ano anterior (2,6%). Este abrandamento foi comum a ambas as componentes, tendo-se verificado variações de 1,6% nas Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes em bens não duradouros e serviços e de 9,5% nas despesas em bens duradouros.

O consumo público, por seu lado, manteve o crescimento de 0,8%, igualmente registado no ano anterior.

O Investimento diminuiu 0,9% em termos reais, em 2016, após ter registado um aumento de 4,6% no ano anterior, em resultado da diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a qual passou de uma variação de 4,5% para -0,3%, e também do comportamento da Variação de Existências, que apresentou um contributo ligeiramente negativo para a variação do PIB (contributo nulo em 2015).

Contrariamente ao registado no ano transato, a FBCF em Construção foi a componente que mais contribuiu para a redução da FBCF total em 2016.

As Exportações de Bens e Serviços em volume passaram de um crescimento de 6,1% em 2015 para 4,4% em 2016, observando-se um abrandamento nas duas componentes. Refira-se que a desaceleração das exportações de serviços em 2016 resultou da componente relativa a outros serviços, verificando-se uma aceleração na componente de turismo.

As Importações de Bens e Serviços registaram um crescimento menos intenso em 2016 (variações em volume de 8,2% e 4,4% em 2015 e 2016, respetivamente), em resultado da desaceleração das duas componentes.

Por sua vez, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base desacelerou em 2016, registando uma variação de 0,9% em termos reais (1,2% em 2015).

O VAB dos ramos das Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias diminuiu 1,7%, em termos reais, traduzindo-se no contributo mais negativo (-0,2 p.p.) para a variação do VAB total.

O emprego para o conjunto dos ramos de atividade registou uma variação de 1,6% em 2016, taxa 0,2 p.p. superior à verificada em 2015. Por seu lado, o emprego remunerado desacelerou em 2016, passando de um crescimento de 2,6% em 2015 para 2,1%, no último ano. Com efeito, a taxa de desemprego volta a recuar para 11,1%, abaixo dos 12,4% registados em 2015.

A taxa de inflação em 2016 registou um incremento de 0,6%, mais 0,1 p.p. que no ano anterior.

As taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu, apresentaram-se praticamente inalteráveis desde 2014, embora com uma ligeira descida em 2016. No final de Dezembro 2016 as taxas situavam-se em 0% para refinanciamento, 0,25% para cedência de liquidez, -0,4% para depósito e a EONIA apresentava um percentual de -0,32 (-0,11 no ano anterior).

ATIVIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

A Aon Re Bertoldi apresentou, no final de 2016, um resultado líquido de 575 mil euros, registando assim um crescimento face ao período homólogo do exercício anterior. O volume de negócios também registou uma evolução positiva face ao ano transato, cifrando-se nos 2.048 mil euros.

O resultado líquido registado em 2016, no valor de 575.156 euros, reflete um incremento de 2% face a 2015. Este aumento é justificado, essencialmente, pelo incremento do Volume de Negócios.

As receitas obtidas com prestações de serviços aumentaram 5% face ao ano anterior para 2.048.434 euros (1.948.179 euros, em 2015).

Já o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) apresentou um crescimento mais ligeiro de cerca de 3% para 749 mil euros. A mesma tendência se registou no resultado operacional, o qual registou também uma variação positiva de 3% para 748 mil euros.

O crescimento do EBITDA, ficou-se a dever, essencialmente, ao aumento do Volume de Negócios, o qual foi parcialmente anulado pelo crescimento dos Gastos Operacionais, mas em menor proporção. Os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal são as rubricas que maior peso apresentam no total dos gastos operacionais com um peso de 42% e 58%, respetivamente. A evolução destas rubricas face ao ano de 2015, foi de 5% nos fornecimentos e serviços externos e de 4% nos gastos com pessoal.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, registaram uma maior subida devido ao crescimento dos gastos com Diversos Trabalhos Especializados, onde estão incluídas as alocações efetuadas pelo grupo internacional Aon.

O quadro que se segue pretende demonstrar a evolução dos resultados da Empresa durante os dois últimos anos:

Resultados	2016	2015	A.16-A.15	A.16/A.15
Volume de Negócios	2.048.434	1.948.179	100.255	5%
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	749.146	724.927	24.219	3%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	748.138	723.552	24.586	3%
Resultados antes de Impostos	758.558	741.161	17.397	2%
Resultado Líquido do Exercício	575.156	564.734	10.422	2%

PERSPETIVA DE EVOLUÇÃO

Em 2016 consolidou-se a tendência de recuperação dos volumes de prémios já iniciada em 2015 nos ramos Não Vida. Apesar do crescimento se concentrar sobretudo em três ramos com pouco impacto no resseguro (Automóvel e Acidentes de Trabalho, colocados em excedente de sinistros, e Saúde, virtualmente sem resseguro), os prémios estimados para as cedências de 2016 foram na sua generalidade atingidos.

Julgamos que esta tendência de crescimento cerca de dois pontos acima da inflação se irá manter no futuro próximo apesar de haver alguns sinais de abrandamento da retoma e de algumas deficiências estruturais não corrigidas no âmbito estatal que poderão vir a trazer custos a curto prazo.

O ano de 2016 voltou a não registar sinistros de grande relevo pelo que os resultados globais do resseguro seguem positivos na sua globalidade, havendo no entanto duas companhias que apresentaram resultados de resseguro negativos nos ramos com maior cedência e com maior exposição, o Incêndio. Num mercado tão pequeno quanto o português, bastam um ou dois sinistros médios, da ordem de alguns milhões de Euros, para que uma ou outra companhia possa ver os seus resultados de resseguro desequilibrarem-se. Foi o que aconteceu.

Os movimentos de compras e fusões tiveram naturalmente impacto, com a Tranquilidade e a Açoreana a fundirem-se no final do ano e a Ocidental e a Ageas a prepararem esse caminho para o futuro próximo. Alguns movimentos adicionais podem vir a acontecer, mas o timing é sempre imprevisível nestas matérias.

Estes movimentos, que já tiveram impacto nos anos anteriores, continuam e continuarão a ter efeitos no futuro em diversos aspetos da indústria seguradora, nomeadamente no resseguro, o que nos afeta diretamente. A tendência clara será a de continuar a reter mais, ceder a estruturas internas algum resseguro, a aproveitar da descida dos preços e a comprar menos proteção catastrófica. Este último ponto em particular preocupa-nos a diversos níveis. Para além de uma menor compra de resseguro afetar o nosso mercado, há pontos mais importantes a ter em conta: a proteção das seguradoras, dos seus acionistas, e, em última instância, dos próprios segurados encontra-se mais fragilizada.

Se os efeitos acima vão contra um aumento natural do volume de prémios cedidos, a Aon Benfield tem conseguido contrariar esta tendência através da dinamização de diversas iniciativas no âmbito dos negócios facultativos que, até nestes últimos anos, tem trazido frutos. Continuaremos nesta senda com, esperamos, o sucesso dos últimos anos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado positivo líquido apurado no exercício no montante de 575.156 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 5% a transferir para a conta de "Resultados transitados", no valor de 28.758 euros, tendo em consideração de que as Reservas Legais constituídas já são superiores a 20% do capital social da Empresa.
- 95% a distribuir pelos acionistas a título de dividendos, no valor de 546.398 euros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende distribuir a quantia de 105.000 euros do resultado do exercício de 2016 pelos colaboradores, estando já esta distribuição afeta ao resultado líquido do exercício.

O Conselho de Administração agradece o esforço e incondicional empenho de todos os colaboradores ao longo do ano de 2016.

A Administração



AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.
NIF: 503 292 001

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 31 DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31-dez-16	31-dez-15
Activo			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	-	1.008
Ativos intangíveis		-	-
		-	1.008
Activo corrente			
Clientes	9		10.000
Terceiros – Resseguradores	9	896.859	1.308.317
Terceiros – Cedentes	9	2.764.915	2.508.090
Estado e outros entes públicos	9, 14	-	3.720
Outras contas a receber	9, 10	4.304	6.846
Caixa e depósitos bancários	4, 9	6.380.112	6.189.426
		10.046.190	10.026.399
Total do ativo		10.046.190	10.027.407
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	100.000	100.000
Reservas legais	11	28.454	28.454
Resultados transitados		5.520.533	5.464.061
Resultado líquido do exercício		575.156	564.734
Total do capital próprio		6.224.144	6.157.248
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores			
Fornecedores c/c		21.070	-
Terceiros – Cedentes	12	801.657	1.612.171
Terceiros – Resseguradores	12	2.691.165	2.015.334
Estado e outros entes públicos	12, 14	90.770	34.080
Outras contas a pagar	12, 13	217.384	208.574
		3.822.046	3.870.159
Total do passivo		3.822.046	3.870.159
Total do capital próprio e do passivo		10.046.190	10.027.407

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.
NIF: 503 292 001

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 31 DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31-dez-16	31-dez-15
Vendas e serviços prestados	15	2.048.434	1.948.179
Fornecimentos e serviços externos	16	(541.325)	(513.201)
Gastos com o pessoal	17	(748.425)	(719.905)
Outros rendimentos e ganhos	15, 19	10.530	13.287
Outros gastos e perdas	20	(20.069)	(3.433)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		749.146	724.927
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 18	(1.008)	(1.376)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		748.138	723.552
Juros e rendimentos similares obtidos	15, 21	10.420	17.610
Resultado antes de impostos		758.558	741.161
Imposto sobre o rendimento do período	8	(183.402)	(176.427)
Resultado líquido do exercício		575.156	564.734
Resultado por ação básico		29	28

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.
NIF: 503 292 001

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 31 DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31-dez-16	31-dez-15
Vendas e serviços prestados	15	2.048.434	1.948.179
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
Resultado bruto		2.048.434	1.948.179
Outros rendimentos	15, 19	10.530	13.287
Gastos administrativos	16, 17	(1.289.750)	(1.233.106)
Outros gastos	18, 20	(21.077)	(4.809)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		748.138	723.552
Gastos de financiamento (líquidos)	15, 21	10.420	17.610
Resultados antes de impostos		758.558	741.161
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(183.402)	(176.427)
Resultado líquido do exercício		575.156	564.734
Resultado por ação básico		29	28

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



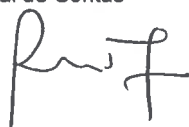
AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.
NIF: 503 292 001

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 31 DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31-dez-16	31-dez-15
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo</u>			
Pagamentos a fornecedores		(203.356)	(150.219)
Pagamentos ao pessoal		(371.390)	(334.202)
Caixa gerada pelas operações		(574.746)	(484.421)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(547.818)	(622.017)
Outros recebimentos/pagamentos		1.811.091	930.292
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		688.527	(176.146)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	6	(508.261)	
Dividendos			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	15, 21	10.420	17.610
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(497.841)	17.610
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2)		190.686	(158.537)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		6.189.426	6.347.963
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4, 9	6.380.112	6.189.426

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.
NIF: 503 292 001

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

UNIDADE MONETÁRIA (Eur)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1	100.000	28.454	4.830.435	633.625	5.592.514
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	633.625	(633.625)	-
		-	-	633.625	(633.625)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3				564.734	564.734
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				(68.892)	(68.892)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO	5	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO	6=1+2+3+5	100.000	28.454	5.464.061	564.734	6.157.248

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

UNIDADE MONETÁRIA (Eur)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	6	100.000	28.454	5.464.061	564.734	6.157.248
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	564.734	(564.734)	-
		-	-	564.734	(564.734)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8				575.156	575.156
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				10.423	10.423
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO						
Distribuições	10	-	-	(508.261)	-	(508.261)
		-	-	(508.261)	-	(508.261)
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO	6+7+8+10	100.000	28.454	5.520.533	575.156	6.224.144

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



AB
R

Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, S.A. (adiante designada por “Sociedade” ou “Empresa”), com sede na Av. da Liberdade, 249 – 2º, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 503292001 e constituída em 17 de Outubro de 1994, tem como atividade a mediação de resseguros. A Sociedade é detida em 100% pela Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A., fazendo assim parte integrante do Grupo Aon, o qual é detido mundialmente pela empresa-mãe - Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 6 de Janeiro de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

AB
P

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Equipamento Administrativo	3 e 5

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário.

AB
P

As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do exercício em que são incorridas.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Programas de Computador	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões

AB
P

de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo ou custo amortizado.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência

objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de notas de débito e não inclui impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base no período de vigência dos contratos que lhes estão subjacentes, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

A7
P

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Estimaram-se vidas úteis para os ativos fixos tangíveis e intangíveis equivalentes às taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, considerando que estas se ajustavam ao tipo de ativos existentes na Empresa.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde ao imposto corrente, não se tendo registado movimentos que dessem lugar ao reconhecimento de impostos diferidos. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.10 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.11 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalham-se conforme se seguem:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Numerário	236	500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.379.876	6.188.926
	6.380.112	6.189.426

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício 2016 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, e com base nos registos contabilísticos atuais, as alterações a ocorrer a nível das NCRF não terão aplicação aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2016		
	Equipamento administrativo	Total
Ativos		
Saldo Inicial	17.553	17.553
Aquisições	-	-
Abates	-	-
Saldo Final	17.553	17.553
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	(16.545)	(16.545)
Amortizações do Exercício	(1.008)	(1.008)
Abates	-	-
Saldo Final	(17.553)	(17.553)
Ativos Líquidos	-	-

31 de Dezembro de 2015		
	Equipamento administrativo	Total
Ativos		
Saldo Inicial	17.553	17.553
Aquisições	-	-
Abates	-	-
Saldo Final	17.553	17.553
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	(15.169)	(15.169)
Amortizações do Exercício	(1.376)	(1.376)
Abates	-	-
Saldo Final	(16.545)	(16.545)
Ativos Líquidos	1.008	1.008

Durante o ano de 2016, a Empresa não procedeu à aquisição de nenhum ativo tangível, pelo que, a rubrica de "Equipamento administrativo" não sofreu alterações face ao ano anterior; e

As amortizações do exercício, no montante de 1.008 Euros (1.376 Euros em 2015), foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" (Nota 19).

7 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa é locatária de um contrato de locação operacional relacionado com uma viatura automóvel, o qual se encontra denominado em euros. Este contrato teve início em 2015 e tem a duração de 48 meses.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Até 1 ano	11.656	11.656
Entre 1 ano e 5 anos	19.427	31.083
	31.083	42.739

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do exercício	
	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Pagamentos mínimos	11.836	10.741

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa normal de 21%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre a matéria coletável.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016. Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

AD
F

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Imposto corrente e ajustamentos		
Imposto corrente do exercício	183.402	176.427
Resultado líquido do exercício	575.156	564.734
Gasto com Impostos sobre o Rendimento apurado	183.402	176.427
Diferenças permanentes		
Acréscimos e deduções	4.114	(931)
	762.672	740.230
Gasto com Impostos sobre o Rendimento apurado à taxa normal	171.601	166.552
	171.601	166.552
Tributações Autónomas	11.801	9.876
Gasto com Impostos sobre o Rendimento	183.402	176.427

9 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Disponibilidades:		
Caixa	236	500
Depósitos à ordem	6.379.876	6.188.926
	6.380.112	6.189.426
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Clientes	-	10.000
Terceiros - resseguradores	896.859	1.308.317
Terceiros - cedentes	2.764.915	2.508.090
Estado e Outros Entes Públicos	-	3.720
	3.661.773	3.830.127
Ativos financeiros ao custo:		
Outras contas a receber	4.304	6.846
	10.046.190	10.026.399

Os saldos a receber de resseguradores, estão relacionados com comissões de corretagem de resseguro a receber ou com sinistros a receber e a serem transferidos para as cedentes; e

AB
R

Os saldos a receber das cedentes, referem-se a prémios de resseguro a receber, derivados dos resseguros colocados através da Aon Re Bertoldi e que serão transferidos para os resseguradores.

Comparativamente com o ano anterior, regista-se uma diminuição do saldo de Resseguradores e um incremento dos saldos a receber de Cedentes meramente decorrente da normal atividade de negócio.

Em 31 de Dezembro de 2016, não existiam saldos considerados com imparidade.

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo da rubrica de Outras Contas a Receber é decomposto da seguinte forma:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Outras contas a receber		
Acréscimo de Rendimentos de Juros	784	1.248
Diferimento Gastos de Seguros	3.520	5.382
Outros	-	215
	4.304	6.846

Os juros acrescidos no final do exercício de 2016, referem-se ao juros credores mensais de Dezembro a receber do Bank Mendes Gans.

Os gastos antecipados registados em 2016 e considerados na rubrica "Diferimento de Gastos de Seguros", referem-se à anuidade de 2017 do Seguro de Acidentes de Trabalho.

11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado no montante de 100.000 Euros, era composto por 20.000 ações com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2016, a reserva legal ascendia a 28.454 Euros, representando assim 28% do capital realizado.

12 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de "Fornecedores e Outros passivos financeiros" apresentava a seguinte composição:

	<u>31 Dez 2016</u>	<u>31 Dez 2015</u>
Passivos Financeiros		
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	21.070	-
	<u>21.070</u>	<u>-</u>
Outros passivos financeiros:		
Terceiros - cedentes	801.657	1.612.171
Terceiros - resseguradores	2.691.165	2.015.334
Estado e Outros Entes Públicos	90.770	34.080
Outras contas a pagar	217.384	208.574
	<u>3.822.046</u>	<u>3.870.159</u>

Os saldos a pagar a resseguradores, estão relacionados com prémios de corretagem de resseguro a receber ou já recebidos, de cedentes derivados dos resseguros colocados através da Aon Re Bertoldi; e

Os saldos a pagar a cedentes, referem-se a sinistros ocorridos e pendentes de pagamento.

Comparativamente com o ano anterior, regista-se uma diminuição do saldo a pagar a Cedentes e um incremento dos saldos a pagar a Resseguradores meramente decorrente da normal atividade de negócio.

13 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	<u>31 Dez 2016</u>	<u>31 Dez 2015</u>
Outras contas a pagar:		
Credores por acréscimos de gastos	217.113	201.700
Fornecedores		6.874
Despesas de Pessoal	272	-
	<u>217.384</u>	<u>208.574</u>

A rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" engloba, essencialmente, as remunerações a pagar a empregados relativas a férias e subsídio de férias do respetivo ano e a pagar no ano seguinte, assim como, os acréscimos de honorários de auditoria e participação nos resultados.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015	
	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas			
Estimativa de Imposto	35.922	3.720	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	12.507	-	14.593
Imposto sobre o Valor Acrescentado	30.278	-	7.539
Contribuições para a Segurança Social	12.063	-	11.948
Outros impostos	-	-	-
	90.770	3.720	34.080

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Prestações de serviços	2.048.434	1.948.179
Juros obtidos	10.420	17.610
Outros rendimentos e ganhos	8.183	13.287
	2.067.037	1.979.076

O montante incluído na rubrica de “Prestação de serviços” diz respeito às comissões de corretagem de resseguro e serviços de consultadoria registados pela Empresa e decompõem-se nos seguintes tipos de negócio:

	2016	2015
Comissões resseguro obrigatório	1.105.057	1.279.571
Comissões resseguro facultativo	913.377	660.478
Serviços de Consultadoria	30.000	8.130
	2.048.434	1.948.179

Em 2016, as comissões de corretagem de facultativo registaram um crescimento de 38%. Este incremento ficou, essencialmente, a dever-se ao crescimento da atividade de alguns clientes.

No final de 2016, a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, inclui, essencialmente, montantes relativos a rendimentos suplementares provenientes de um ressegurador, a título de co-participação de gastos incorridos pela Aon Re Bertoldi com serviços contratados de análise de risco. Em contrapartida, o saldo desta rubrica no ano anterior correspondia, essencialmente, a ganhos com diferenças cambiais.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Trabalhos especializados	354.777	329.934
Despesas de representação	46.149	27.438
Rendas e alugueres	38.517	37.402
Publicidade e propaganda	26.865	24.562
Deslocações e estadas	23.214	38.526
Comunicação	18.424	20.882
Seguros	7.345	7.284
Limpeza, higiene e conforto	6.250	6.285
Energia e fluidos	5.526	8.283
Outros serviços especializados	3.717	3.386
Materiais	3.584	2.674
Conservação e reparação	3.336	2.582
Outros serviços diversos	2.924	3.260
Vigilância e segurança	592	598
Contencioso e notariado	105	105
	541.325	513.201

A rubrica de "Trabalhos especializados", engloba essencialmente os custos relacionados com auditoria (Nota 26) e Alocações do Grupo Internacional Aon, as quais representam, aproximadamente, 88% desta rubrica e referem-se a alocações de apoio técnico e de gestão relativas ao negócio de corretagem; a fatura de Aon Network Fee registou um incremento de 13% face a 2015 devido, nomeadamente, a novos critérios de alocação de IT e Global Management.

As Despesas de Representação apresentaram uma variação positiva de 68%, enquanto as Deslocações e Estadas registaram uma redução de 40%, refletindo assim o incremento registado nos eventos realizados com cedentes e resseguradores.

A rubrica de "Rendas e alugueres" engloba as rendas do escritório e as rendas de ALD de uma viatura automóvel (Nota 7).

Os gastos alocados pelo Grupo Internacional Aon relativos a *Brand Royalties* encontram-se registados na rubrica de Publicidade e Propaganda e respeitam à totalidade do valor desta rubrica.

AB
F

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Remunerações dos órgãos sociais	314.246	301.582
Remunerações do pessoal	286.640	271.289
Encargos sobre remunerações	115.486	114.010
Seguros acidentes trabalho, doença e vida	8.862	12.081
Fundo de pensões - contribuições definidas (Nota 24)	12.875	11.747
Formação profissional	7.593	5.648
Outros gastos com o pessoal	2.722	3.548
	748.425	719.905

As remunerações aos Órgãos Sociais e ao Pessoal englobam os montantes relativos a vencimento, férias, subsídios de férias e de Natal, subsídio de refeição e a gratificações extraordinárias.

As gratificações extraordinárias estão associadas à performance global da empresa, tendo sido deliberada a atribuição de gratificações, a título de participação nos resultados, no montante de 105.000 euros.

18 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	1.008	1.376
	1.008	1.376

19 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

AS P

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Correções relativas a exercícios anteriores	-	582
Diferenças câmbio favoráveis	2.347	12.334
Rendimentos suplementares	5.954	-
IVA Pro-ta - regularizações	884	-
Excesso estimativa imposto	790	-
Outros	555	371
	10.530	13.287

Os rendimentos suplementares registados, em 2016, estão relacionados com a co-participação de um ressegurador nos trabalhos de consultadoria de análise de risco contratados pela empresa e prestados a cedentes.

20 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Impostos	1.647	2.538
Diferências câmbio desfavoráveis	10.862	113
Correções relativas a exercícios anteriores	3.783	-
Gastos Gestão de Leasing	1.076	-
Multas / Juros de mora e compensatórios	898	-
Outros	1.802	782
	20.069	3.433

21 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de "Juros e rendimentos similares obtidos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Juros obtidos	10.420	17.610

Os juros obtidos, em 2016 e em 2015, correspondem à remuneração obtida com a conta de depósitos à ordem que a Empresa possui junto do Bank Mendes Gans, b.v. (BMG) na Holanda, a qual funciona como conta "Cash-pooling" do Grupo Aon.

22 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A., com sede na Av. da Liberdade, 249 – 2º, sendo esta a sua única acionista e a qual procede à consolidação das demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial, dado que a consolidação integral de contas é efetuada a nível da casa-mãe – Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram conforme se segue:

Remuneração	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Benefícios de curto prazo dos empregados	316.778	305.034
Benefícios pós-emprego	6.285	5.998
	323.063	311.032

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2016	2015
	Serviços obtidos	Serviços obtidos
Pessoal chave da gestão	26.681	26.661
Aon Service Corporation	1.474	-
Aon Singapore Center	311.141	222.678
Aon Global Operations Ltd	26.865	19.931
	366.162	269.271

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2016		2015
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes
Empresa-mãe	-	(34)	-
Outras partes relacionadas	71.337	(11.337)	173.441
	71.337	(11.371)	173.441

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a Empresa incorreu em gastos com partes relacionadas no montante de 366.162 Euros e 269.271 Euros, respetivamente, relativos a aluguer de escritório e alocações de gastos do grupo internacional Aon relacionados com: a) Signature Program – Formação; b) Aon Network Fee – IT, Management, Central Teams; c) Aon Brand Royalty – Marca Aon.

Os saldos a pagar e a receber a Outras partes relacionadas em 2016 e 2015, referem-se à atividade da empresa e estão relacionados com prémios e corretagem de resseguro colocados junto da Aon Benfield Ltd UK, Aon Benfield Middle East Limited e da Aon Benfield Iberia, bem como da Aon Portugal (empresa-mãe).

No que respeita a termos e condições de pagamento, o prazo médio de pagamentos ("PMP") e o prazo médio de recebimentos ("PMR") deverá ser de 30 dias, exceto em situações pontuais em que ambas as entidades definam um período diferente. Para as transações relativas ao negócio (pagamentos de prémios), o prazo é normalmente de 90 dias.

23 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Benefícios pós-emprego – planos de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias no montante de 2% dos salário mensal de cada colaborador, desde que este contribua com 0,5% do seu salário, para um fundo de pensões que abrange todos os colaboradores. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições.

A contribuição mensal apresenta a seguinte composição:

Remuneração	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Administradores	449	428
Outros participantes no fundo	213	310
	662	738

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 ascendeu a 12.875 Euros (Nota 18).

24 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE RESSEGUROS

I.

Política contabilística

A política contabilística aplicada encontra-se descrita na Nota 3.7.

Natureza e Tipo Remunerações relacionadas com Contratos de Resseguro

O tipo de remunerações auferidas pela empresa, durante o ano de 2016, detalham-se conforme mencionado na Nota 16 – Rêdito.

As remunerações auferidas no âmbito da corretagem de resseguro, durante o exercício de 2016, respeitam na sua totalidade a comissões de corretagem e foram todas recebidas através de transferência bancária.

AB
F

Ramo e Origem Remunerações relacionadas com Contratos de Resseguro

CE	Remunerações					Transferências de Valores	
	Fundo de Pensões	Ramo Vida	%	Ramos não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
9999	0	168.879	100%	1.849.555	100%	0	0

Níveis de Concentração

No final do exercício de 2016, não foram registados níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, empresas de resseguro e outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela Empresa.

Contas a Pagar e Receber

Esta informação encontra-se divulgada nas Notas 10 – Ativos Financeiros e 13 – Passivos Financeiros.

Atividade de Mediação de Resseguro

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2016	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		367.659
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	3.661.773	3.125.164
Total	3.661.773	3.492.823
Por entidade	Saldo em 31 de Dezembro de 2016	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	2.764.915	801.657
Empresas de resseguros	896.859	2.691.165
Total	3.661.773	3.492.823

II.

Adicionalmente, no âmbito do nº 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de Dezembro, a informação a prestar é a que se segue:

Empresas de Resseguros com volume de remunerações igual ou superior a 5%

	2016	%
SCOR Iberica Sucursal	254.860	13%
Swiss Re Co Ltd	175.919	9%
Nacional de Reaseguros S.A.	155.330	8%
SCOR Global Life SE	141.330	7%

Transações Financeiras Resseguradoras/Cedentes

Durante o exercício de 2016, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamentos de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (nº3, alínea a) do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF.

Não foram confiados pelas empresas de resseguro, durante o ano de 2016, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas (nº3, alínea b) do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF.

25 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal das Contas anuais ascenderam a 19.837 Euros.

26 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não foram registados eventos subsequentes à data do balanço que mereçam a sua divulgação no presente Anexo.


Rute Cruz
(Técnico Oficial de Contas)


Administração

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão as Demonstrações financeira e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da AON RE Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Sociedade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Sociedade;
- ▶ Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Resultados por funções, a Demonstração individual das alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e/ou do contrato de sociedade;

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

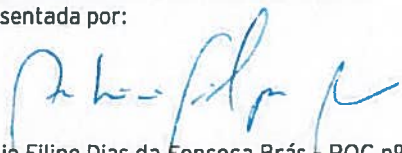
Procedemos à ação de fiscalização da AON RE Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2016 cumpre os requisitos do Código das Sociedades e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Resultados por funções, a Demonstração individual das alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 26 de abril de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661
Registado na CMVM com o nº 20161271

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AON RE Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 10.046.190 euros e um total de capital próprio de 6.224.144 euros, incluindo um resultado líquido de 575.156 euros), a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração de Resultados por Funções, a Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AON RE Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

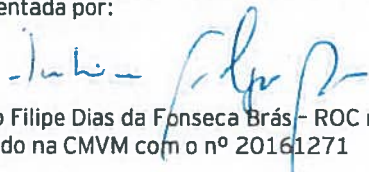
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de abril de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661
Registado na CMVM com o nº 20161271